

INTRODUÇÃO

Em uma visão bastante difundida da tradução e do traduzir, o seu agente, o tradutor, tende a ser visto como submetido a diversas "servidões". Escravo do texto e/ou do autor do original e atrelado às restrições impostas pelas diversidades lingüísticas e culturais, o tradutor deveria, na medida do possível e do impossível, abstrair o seu próprio ser, tornar-se um mero canal, livre de "ruídos" ou outras obstruções à passagem "plena" do texto original à sua nova configuração lingüística. Quando estas se manifestam, ou são tidas por se manifestarem, constituíam "interferência" indevida por parte do tradutor, originários de sua incompetência para a função que se propôs, e resultante em desvios inadmissíveis. Quando, porventura, essas obstruções passam despercebidas, a percepção da existência do tradutor fica ofuscada. Lembrado em suas falhas, relegado ao esquecimento em seus êxitos, o tradutor, nessa visão, aparece como figura menor, secundária, um mal por vezes necessário,

mas sem mérito pessoal outro que não seja o seu próprio apagamento.

É forçoso admitir que os casos de incompetência, em seus diversos matizes de escopo e de intenção, campeiam na área da tradução tanto quanto em quaisquer outras esferas de atividade, profissional ou não. As verdadeiras questões, porém, são outras. É cabível exigir do tradutor o seu próprio apagamento? Em que medida é aceitável o desvio do texto traduzido em relação ao original? Admitida a diversidade lingüística e cultural, sem as quais estaria prejudicada a própria razão de ser da tradução, até que ponto a diversidade constitui, efetivamente, um conjunto de "serviços" impositivos?

A busca de respostas a tais indagações exige, é evidente, uma análise mais detida e detalhada dos diversos fatores intra e intersubjetivos, temporais, lingüísticos e culturais, que se fazem presentes e exercem variadas influências sobre o desenrolar do processo tradutório e, por conseguinte, sobre o seu produto, o texto traduzido.

Aqui coloca-se uma primeira dificuldade. As questões propostas dizem respeito, primordialmente, ao fazer tradutório, mais que ao texto traduzido. No entanto, os estudos tradutológicos que têm por ênfase primeira a análise do *produto* do ato tradutório e o confronto deste com o texto de partida, "original",¹ compõem a parte mais volumosa da bibliografia sobre o tema. Menos freqüentes e, talvez não surpreendentemente, mais hesitantes ou mais polê-

¹ Para um questionamento do conceito de "texto original", vide Arrojo, 1986.

micas, são as tentativas de flagrar a tradução no seu fazer, isto é, como *processo*, sem resvalar para a fácil tentação do normativismo, da proposição de regras de boa conduta tidas por adequadas para assegurar um bom desempenho e um bom produto final.

Neste livro, desenvolvido a partir do capítulo II da tese de livre-docência do Autor², propõe-se empreender uma investigação não propriamente do cerne do processo tradutório, em que os elementos de natureza psíquica e neurológica sem dúvida devem assumir um papel preponderante mas, de forma algo menos ambiciosa, circundar esse mesmo cerne, numa indagação acerca de diversos fatores de ordem lingüística e extralingüística, subjetiva e intersubjetiva que, com pesos variados, definem o quadro e influenciam o desenrolar desse processo. Pretende-se, desta forma, responder, ao menos em parte, às questões aqui sugeridas como pertinentes e fornecer elementos que permitam uma revisão do papel tradicionalmente atribuído ao tradutor e à tradução.

Admitindo, embora, que os estudos tradutológicos ainda não se encontram amadurecidos a tal ponto que se possa propor, de maneira consistente, uma verdadeira Teoria da Tradução, precariedade essa que torna problemática a proposição de uma definição pronta e acabada dos conceitos "tradução" e "traduzir", pode-se, ao menos, delinear a situação-tipo em que a tradução se manifesta, o que

² Aubert, 1991b. Contribuíram para o amadurecimento destas considerações acerca do ato tradutório as sugestões da banca, integrada por Eni Puccinelli Orlandi, Rafael Hoyos Andrade, Geraldina Porto Witter, Italo Caroni e Martha Steinberg, bem como a interação reflexiva constante com o tradutor Danilo Ameixeiro Nogueira.

basta para atribuir-lhe determinados traços notacionais pertinentes para a discussão. Assim, supõe-se que toda tradução é motivada por uma necessidade ou por um conjunto de necessidades, subjetivas e/ou objetivas, individuais e/ou coletivas, necessidades essas manifestando-se sempre que, sob quaisquer circunstâncias, venha a ocorrer um bloqueio parcial ou total na relação comunicativa Emissor (-) Receptor e que possa ser atribuído a interferências provocadas pela variação linguística. Esquemáticamente, obtém-se a seguinte configuração:

(1) EMISSOR $\rightarrow$ mensagem 1 $\rightarrow$ (bloqueio) /RECEPTOR

(2) EMISSOR $\rightarrow$ mensagem 2 $\rightarrow$ RECEPTOR

em que:

mensagem 1 $\Rightarrow$ mensagem 2

Trata-se, portanto, de uma segunda relação comunicativa, que se substitui à primeira ou que, de alguma forma, a complementa. O segundo ato comunicativo é, lógica e factualmente, posterior ao primeiro, quer se trate de um intervalo mensurável em segundos (interpretação simultânea) ou em séculos. Esse novo ato comunicativo se fundamenta numa relação de equivalência, ou seja, as mensagens geradas no primeiro e no segundo atos comunicativos mantêm entre si um certo grau de correspondência, correspondência essa cuja natureza precisa constitui um dos principais desafios para a reflexão sobre o fenômeno tradutório, especificamente, e sobre o fenômeno linguístico, em geral. São,

por necessidade, diferentes em um ou mais aspectos (caso contrário não se efetiva uma *substituição* e sim mera *reiteração*, geralmente inócua) e, no entanto, entretêm entre si uma relação tal que o segundo ato comunicativo (o ato tradutório) produz (ou perceptivelmente procura produzir) efeitos de sentido similares aos pretendidos no primeiro.

Dessa substituição, e tendo em vista o intervalo de tempo, maior ou menor conforme o caso, entre os dois atos comunicativos, decorre uma certa alteração de papéis na relação Emissor/Receptor, além da substituição ou variação de um ou mais componentes do complexo comunicativo, incluindo os *participantes* propriamente ditos, o *código* e/ou o *referente*, a *mensagem* e/ou o *canal*.

A natureza do bloqueio comunicativo que gera uma situação tradutória prende-se, como ficou dito, à variação linguística. Entenda-se tal variação no seu mais amplo sentido: abarca desde as variações que se apresentam em uma (cor)relação geográfica (línguas, dialetos, falares regionais), passando pelas variações temporais (dialetos diacrônicos), sociais (socioletos), individuais (idioletos), de canal (escrita/fala) e até as circunstanciais (condições de produção da mensagem numa determinada situação). Assim: um sotaque, um arcaísmo, um jargão, um cacoete de expressão; o analfabetismo absoluto ou funcional de um dos participantes da relação Emissor/Receptor; um pronunciado diferencial de motivação entre tais participantes; uma efetiva diferença de conhecimento ou de ponto de vista sobre o referente; uma marcada discrepância de domínio do código empregado; qualquer um desses fatores, isoladamente ou em cumulações e intensidades va-

riadas, pode levar a uma ruptura do elo comunicativo, em que a decodificação da mensagem deixa de se produzir de maneira adequada às respectivas intenções dos referidos participantes.

Em face de tal ruptura, pode ocorrer (a) o abandono da relação comunicativa (o silêncio) ou (b) a busca de caminhos alternativos que permitam a superação do bloqueio (do "ruído na comunicação"). Feita a opção por empreender tal busca, ocorre uma retomada da relação Emissor/Receptor em um novo ato comunicativo, o *ato tradutório*.

Assim conceituado, o ato tradutório é entendido num sentido amplo, posto que não limitado a situações de discrepâncias de *código linguístico*. Filtia-se, portanto, aos conceitos de Jakobson (1969) e Mel'chuck (1978), embora sem se confundir com eles. Em Jakobson e Mel'chuck, por caminhos diversos, a tradução é vista primordialmente como uma operação linguística *strict sensu*: como paráfrase ("dizer a 'mesma' coisa com outras palavras, signos, símbolos, ícones"); ou como constituindo a própria relação significante (-) significativa, postu- ra pela qual Ciência da Linguagem e Teoria da Tradução se confundiriam. Aqui, correndo algo para- lelamente a Jakobson, a ênfase primeira é posta no aspecto comunicativo do ato tradutório, trazendo para uma reflexão global acerca do fenômeno não apenas os elementos linguísticos e antropológicos como também os seus aspectos sociais e situacio- nais, individuais e até mesmo comerciais.

No presente trabalho, embora a referência bá- sica seja feita à *tradução interlingual*, a remissão ao sentido amplo do ato tradutório estará, explícita ou implicitamente, sempre presente. Com efeito, tal

modo de tradução – a tradução no seu sentido mais correiro – deve ser entendido como comparti- lhando da natureza de um fenômeno complexo (lin- güístico, comunicativo, cultural) de maior abran- gência e não como uma peculiaridade, um rito mis- terioso e de poucos iniciados, ou, inversamente, uma atividade marginal, secundária, estigmatizada pelo nefando, *Tradutori*, *traditori* (vide também Aubert, 1991a).

O esquema clássico da comunicação organiza- se, de acordo com Jakobson (1969), como segue:

REFERENTE	
EMISSOR	RECEPTOR
CANAL	
CÓDIGO	

Transposto para as situações em que ocorre o ato tradutório, tal esquema, numa primeira aborda- gem, apresenta-se da seguinte forma:

REFERENTE 1	REFERENTE 2
EMISSOR 1 MENSAGEM 1	RECEPTOR 2 MENSAGEM 2
CANAL 1	CANAL 2
CÓDIGO 1	CÓDIGO 2

Cada um dos diversos componentes da se- quência comunicativa compreende um conjunto de variáveis de natureza psicosocial (motivacional, de hierarquia, e outros), factual, linguística, econômi- ca, jurídica etc. Igualmente, ocorrem interações en- tre cada um desses conjuntos de variáveis. Constitui uma das hipóteses de trabalho dessas reflexões a afirmação de que a configuração específica de cada um desses conjuntos de variáveis e o modo de inte-

ração entre os mesmos produzem, em princípio, um número de interdependências, determinações e constelações (no sentido dado por Hjelmslev, 1943, a esses termos) teoricamente infinito, embora passíveis de categorização. E um dos propósitos fundamentais aqui perseguidos será o de propor tal categorização das variáveis pertinentes à consecução do ato tradutório.

Neste intuito, e na consciência de que o presente estudo não pode pretender a propositura de respostas definitivas mas terá fôlego para, ao menos, encetar uma exploração desses fatores e de seu entrecruzamento no ato tradutório, serão abordadas, sequencialmente, as dimensões temporais do ato tradutório e os participantes desse ato; serão retomadas e reelaboradas, de forma sintética, algumas das considerações já amplamente difundidas da bibliografia especializada relativas aos códigos e aos referentes em confronto; tratar-se-á dos diversos problemas atinentes aos canais (oralidade e escrita) da comunicação, raramente enfatizados na discussão do fenômeno tradutório exceto para sinalizar a especificidade da interpretação em relação à tradução escrita. Inevitavelmente, serão ainda abordadas as mensagens em si, no quadro de uma discussão acerca dos limites da sempre esperada "fidelidade" na tradução, para, por fim, verificarmos em que medida as reflexões encaminhadas permitem propor respostas às questões levantadas de início.